

Acções de combate à língua azul não estão a ser pagas

Estado deve mais de um milhão aos veterinários

«O Estado português não pode estar a dispor de médicos veterinários, que não são funcionários públicos, sem lhes pagar, esta posição de calote é intolerável!». A denúncia parte do Sindicato do sector, que ameaça denunciar a situação à União Europeia. Os profissionais que actuam nos programas de erradicação da língua azul estão sem receber há mais de um ano

ISABEL GUERREIRO

No passado dia 21 de Setembro, no concelho de Barrancos, foi confirmada a existência do primeiro foco de língua azul motivado pela detecção do novo tipo serótipo 1 do vírus, o que levou à implementação de novas medidas sanitárias. Segundo os últimos dados disponíveis, confirmam-se 43 explorações sob suspeita englobando um efectivo pecuário de 4283 animais. Destes, 183 estão afectados e pelo menos 33 já morreram.

Para já desconhece-se qual será a evolução daquela doença que infecta todos os ruminantes, mas que se manifesta de forma severa na espécie ovina. Neste momento, os riscos são inculcáveis e imprevisíveis. Mas os produtores estão preocupados com os sérios impactos que os focos de doença poderão ter na economia agrícola.

Apesar do ministro da Agricultura, Jaime Silva ter desdramatizado na passada sexta-feira a propagação da doença da língua azul no Alentejo, o mesmo não dizem alguns autarcas da região. O presidente da Câmara de Barrancos chegou mesmo a acusar o Governo de lentidão na resolução do problema.

Aos protestos juntam-se agora os médicos veterinários que acrescentam um novo dado novo. É que todas as acções que constam do programa de erradicação da doença, que foram implementadas depois de ser identificado em 2004 o vírus da língua azul serótipo 4, não estão a ser pagas aqueles profissionais desde o ano passado.

As dívidas aumentam

Como «O DIABO» noticiou recentemente, também dezenas de Agrupamentos de Defesa Sanitária

abates desenvolvidos pelos ADS.

A médio prazo, o controlo da saúde animal pode estar em risco, com repercussões graves na saúde pública dos consumidores de carne, leite, queijo e outros derivados de bovinos, caprinos e ovinos, já que algumas das doenças que afectam os animais são a brucelose, leucose e a tuberculose.

A dívida reclamada pelos ADS ascende a 10 milhões de euros, o valor máximo fixado para o ano de 2007, segundo consta no despacho nº 4323/2007 publicado no Diário da República. Assim, estes agrupamentos que trabalham em coordenação com as Organizações de Produtores Pecuários (OPP) para prevenir e despistar doenças infecto-contagiosas estão a recorrer a créditos, porque não dispõem de condições financeiras para pagar tanto aos veterinários que fazem a inspecção aos animais, como aos auxiliares, fornecedores, distribuidores ou ao Laboratório Nacional de Investigação Veterinária



e outros laboratórios regionais devidamente credenciados para efectuar as análises.

O ministério da Agricultura esclareceu, entretanto, que está a cumprir com o previsto, desmentindo que existam atrasos nos pagamentos aos ADS. «Das organizações que apresentaram projectos só uma é que concluiu o seu processo e recebeu a verba respectiva de 28 mil euros. As restantes, cerca de 50, não receberam as quantias porque os projectos encontram-se preenchidos com falhas administrativas (falta de documentação ou documentação não apresentada) e por isso, enquanto a situação não for reposta não podem ser pagos», adiantou fonte do gabinete do ministro Jaime Silva.

Manuel Castro e Brito da Associação de Criadores de Ovinos do Sul (ACOS) confessa que é «com muitas dificuldades financeiras» que os ADS continuam a trabalhar, e que alguns deles não recebem qualquer factura há mais de nove meses. Acrescenta ainda que o atraso no pagamento das verbas devidas, pelas prestações de serviços na sanidade animal, «é culpa do Estado e não dos produtores que entregam atempadamente os projectos».

«Não há dinheiro»

A somar a estas dívidas reivindicadas pelos ADS junta-se agora o pagamento devido aos médicos veterinários que têm desenvolvido acções específicas no combate ao vírus da língua azul. A estimativa do Sindicato Nacional dos Médicos Veterinários (SNMV) é de centenas de milhares de euros, podendo atingir mesmo alguns milhões de euros.

«Também aqui há atrasos e todas as acções realizadas desde o ano de 2006, que deveriam ser pagas pela DGV, estão em dívida. Tendo em conta que anualmente são vacinados e controlados cerca mais de um milhão de 200 mil animais, contabilizam-se largos milhares de euros em faltas», garante Edmundo Pires, presidente do sindicato.

Como no passado as medidas veterinárias eram totalmente geridas pela Direcção-Geral de Veterinária, onde se incluíam os subsídios comunitários, e recordando que há cerca de dois anos as verbas disponíveis

passaram para a alçada do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), reconhece que «A DGV não tem, por conseguinte, qualquer acção directa no prioridade de critérios relativamente à aplicação do dinheiro mas tem de exigir aos dirigentes da tutela que disponibilize os meios humanos e materiais necessários para controlar a situação».

«Assim, em situações de emergência, como a que surgiu com a língua azul, não existe dinheiro, estamos no fim do ano e a DGV não tem fundos disponíveis para fazer face ao problema, que apesar de não ter implicações directas na Saúde Pública, acaba por ter indirectas, já que pode representar a ruína de várias dezenas de agricultores», refere.

Se a situação já estava complicada, com o aparecimento de novos focos de doença o cenário agravou-se. O dirigente explica que se trata de uma doença transmitida exclusivamente por um vector, e se tardar a acção directa sobre o mosquito não há erradicação da doença. «Este tipo de insecto tem a capacidade de vir de um aeroporto de Marrocos para Lisboa, agarrado ao vidro pelo lado de fora e chegar em condições de transmitir o vírus», alerta. Isto para dizer que a língua azul é de complexo controlo e as «decisões, que implicam muito dinheiro, têm ser tomadas pela autoridade sanitária veterinária nacional».

Para combater os últimos surtos da infecção, os médicos veterinários (cerca de 600) têm de fazer colheitas de sangue nas explorações num raio de 100 ou 150 quilómetros e precisarão de fazer novamente vacinação, quando esta existir. «É preciso muito dinheiro e largas horas de trabalho para analisar animal a animal», frisa.

Enquanto não existir a nova vacina, a doença tem de ser atacada através de outras medidas como a desinsetização e controlo dos animais a fim de eliminar o vector e perceber «até onde ele chegou». «Assim como apanhar mosquitos e aplicar todas as medidas de restrições para eliminar o vector ou para impedir o seu transporte», explica.

«Todo o mecanismo do controlo do movimento animal feito pelos médicos veterinários para implementar as medidas no âmbito da

língua azul, com um orçamento à parte, foram afixados em portaria publicada no Diário da República, agora pergunto: as acções que têm de ser tomadas vão ser feitas gratuitamente», questiona.

«Quando se diz que não existem riscos para a saúde pública esquece-se que a carne não nasce nos supermercados e o ministro da Agricultura continua a ser um comissário de Bruxelas que não percebe nada destes problemas, quando devia ser o porta-voz dos agricultores junto do Ministério das Finanças», conclui.

Edmundo Pires diz por último que «não deixam de trabalhar apenas por consciência profissional» e que recusam convocar uma greve «porque as questões de saúde animal são muito sérias e não lhes passa sequer pela cabeça propor formas de luta que possam prejudicar os produtores ou os animais». Mas deixa um aviso: «Não vamos ficar quietos e ponderamos denunciar a situação à União Europeia».

«O Estado português não pode estar a dispor de médicos veterinários, que não são funcionários públicos, sem lhes pagar, esta posição de calote é intolerável», conclui ao recordar que existem um acordo sanitário luso-espanhol onde poderiam ser acionadas medidas previstas na legislação comunitária «para se ir buscar mais verbas».

«E se pararmos de trabalhar?»

Também Miguel Lança Madeira, médico veterinário que coordena um ADS na zona de Beja, confirma a «O DIABO» atrasos de dez meses no pagamento das acções do programa de vacinação de língua azul e colheita de sangue dos animais. Espera que a situação seja resolvida rapidamente já que encara o Estado «como sendo uma pessoa de bem».

«Está em causa a viabilidade da produção e se pararmos de serviços quem sofre na pele é o produtor e não o Estado», remata.

Por outro lado, o bastonário da Ordem dos Médicos Veterinários, Cardoso Resende, diz que as informações recentes que lhe tem chegado são através da imprensa mas desconhece o montante das dívidas envolvidas. «É habitual e recorrente haver atrasos mas não sei se neste momento as verbas em dívida são mais altas que nos anos anteriores».



«Quando se diz que não existem riscos para a saúde pública esquece-se que a carne não nasce nos supermercados e o ministro da Agricultura continua a ser um comissário de Bruxelas que não percebe nada destes problemas», ataca o presidente do SNMV